

**ATA DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS –
CEHIDRO.**

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às 14h 15min no Auditório do Parque Massairo Okamura ocorreu a 75ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Aprovação da Ata da 74ª Reunião Ordinária; Conferência de quórum; Aprovação da Ata da 74ª Reunião Ordinária; Apreciação da Minuta de Resolução nº 108 – Altera Quadro-Resumo do Anexo I da Resolução nº 101, de 08 de março de 2018, que aprova o Plano Plurianual de Aplicação dos recursos do Progestão para o quinquênio 2018-2022; Apreciação da Minuta de Resolução nº 109 – Dispõe sobre procedimentos gerais para o Enquadramento dos Corpos Hídricos superficiais e subterrâneos; Apresentação de Considerações sobre a Lei do Pantanal; Apresentação da Resolução CNRH nº 92/2008, que estabelece critérios e procedimentos gerais para proteção e conservação das águas subterrâneas no território brasileiro - Pontos atendidos pela SEMA; Apresentação dos Estudos citados no TAC assinado entre Águas Cuiabá, SEMA e MP; Apresentação da Portaria nº 631, de 03 de agosto de 2018, que institui o Grupo de Acompanhamento da Elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos das Unidades de Planejamento e Gerenciamento Alto Paraguai Médio e Alto Paraguai Superior; Definição de Comissão para acompanhamento da Minuta de Alteração da Lei nº 6.945/97 na Assembleia Legislativa; Informes; Assuntos Gerais. A reunião foi presidida pelo Secretário Executivo do CEHIDRO Sr. Murilo Morgandi Covezzi, assessorado pela Secretária do CEHIDRO Sra. Sibelle Jakobi, e registrou a presença dos seguintes Conselheiros: Sra. Lorena Moreira Nicochelli Pascotto, representante da SEMA; Sra. Letícia Bertaia, representante da SES; Sr. Joselir Gomes da Silva Júnior, representante do IBAMA; Sr. Jair de Freitas, representante do DNPM; Sr. Herman Menezes Cathalat Filho, representante do CREA/MT; Sra. Débora Perozzo, representante da ABAS; Sra. Maurren Lazzaretti, representante da OAB; Sr. Décio Elói Siebert, representante do IPAC; Sr. Álvaro Fernando Cícero Leite, representante da FIEMT; Sr. Anthero Luiz dos Santos, representante da Nascentes do Xingu; Sr. Claudionor Angeli, representante da COOPEAMAT. O Secretário Executivo iniciou a reunião colocando aos conselheiros que o quórum tem sido baixo nas reuniões do CEHIDRO, contando até o momento com 12 entidades presentes de um total de 30, e informando que será feito um levantamento e encaminhado às entidades solicitando posicionamento sobre as ausências e a substituição dos conselheiros que não estão comparecendo às reuniões. Em seguida colocou aos conselheiros que a Secretaria Executiva solicita a retirada da pauta da Apresentação da Resolução CNRH nº 92/2008, que estabelece critérios e procedimentos gerais para proteção e conservação das águas subterrâneas no território brasileiro, ponderando que a apresentação em questão seria feita pelo Sr. Nédio Pinheiro, pois o mesmo não pode comparecer à reunião por estar representando a SEMA na reunião do GAP em Campo Grande, colocando ainda que caso aprovada a retirada de pauta, a apresentação será feita na próxima reunião do CEHIDRO, o que foi aprovado pelos presentes. Em seguida o Secretário Executivo passou à apreciação da Ata da 74ª

37 Reunião Ordinária, questionando se alguém teria alguma consideração a fazer. A Secretária do
38 CEHIDRO colocou que por um equívoco não foi colocado na ata a solicitação da SES de integrar a
39 CTPERH, porem que o mesmo já foi corrigido na linha 115 da ata. O conselheiro Joselir Gomes
40 solicitou que na linha 94 fosse incluído o texto "e a necessidade do cumprimento da Resolução CNRH
41 92/2008", de forma a complementar sua fala. Ninguém mais se manifestando, o Secretário Executivo
42 colocou em votação a Ata da 74ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a
43 qual foi aprovada por unanimidade. O Secretário Executivo passou então à apreciação da Minuta de
44 Resolução nº 108 – Altera Quadro-Resumo do Anexo I da Resolução nº 101, de 08 de março de 2018,
45 que aprova o Plano Plurianual de Aplicação dos recursos do Progestão para o quinquênio 2018-2022,
46 colocando que na ultima reunião ficou acordado de que iria ser apresentado um estudo dos gastos
47 realizados com diárias e passagens, o porque da necessidade de alteração do plano Plurianual e
48 explicar como ficou a questão do mapa hidrogeológico no Estado. O conselheiro Joselir Gomes
49 colocou que a Resolução nº 92 do CNRH exige uma série de estudos sobre águas subterrâneas e não
50 se tem dado. O Secretário Executivo colocou que o Ministério do Meio Ambiente financiou estes
51 estudos nos estados do Maranhão, Pará e XXX, e que em outubro teremos uma reunião com eles para
52 viabilizar a realização deste estudo aqui no Estado. Ponderou que o mapa hidrogeológico para Mato
53 Grosso custa entre 10 e 15 milhões de reais, se retirar recurso de outro local, que é meta do
54 PROGESTAO, além de não atender ao necessário para o estudo iria inviabilizar o atendimento das
55 metas e fazer o Estado perder recursos. O Secretario executivo apresentou então os gastos em diárias
56 e passagens no ano de 2016 e 2017, bem como a estimativa para o ano de 2018, listando aos
57 conselheiros todas as atividades que são custeadas com os recursos citados, que envolvem todas as
58 áreas de atuação da SURH, bem como apresentando o aumento de demanda que ocorreu no anos de
59 2017 e no ano de 2018 devido ao PROGESTÃO, PROCOMITÊS, MOP do PRH Paraguai, entre outros
60 acordos celebrados pela SURH. A Secretária do CEHIDRO ponderou que o Plano Plurianual que esta
61 sendo proposto é o mesmo da reunião passada, mas agora detalhando a necessidade da aplicação
62 dos recursos em diárias e passagens. O conselheiro Álvaro Leite ponderou que o único
63 questionamento foi quanto ao valor de diárias e passagens, e após esta apresentação o mesmo
64 encontra-se mais do que justificado. O Secretário Executivo questionou se existia mais algum
65 questionamento quanto à proposta de alteração do Plano Plurianual, ninguém se manifestando
66 colocou em votação a Minuta de Resolução nº 108 – Altera Quadro-Resumo do Anexo I da Resolução
67 nº 101, de 08 de março de 2018, que aprova o Plano Plurianual de Aplicação dos recursos do
68 Progestão para o quinquênio 2018-2022, a qual foi aprovada por unanimidade. O Secretario Executivo
69 passou ao próximo item da Pauta, convidando o sr. Luiz Noquelli para fazer uma apresentação de
70 embasamento sobre o enquadramento dos corpos d'água em classes, já que em seguida seria
71 apreciada a Apreciação da Minuta de Resolução nº 109 , que dispõe sobre procedimentos gerais para
72 o Enquadramento dos Corpos Hídricos superficiais e subterrâneos. O Sr. Luiz Noquelli se apresentou

73 e fez uma revisão da legislação existente sobre o tema, destacando que o enquadramento figura como
74 um instrumento de gestão de recursos hídricos tanto na Lei 9.433/97, que institui a Política Nacional de
75 Recursos Hídricos, quanto na Lei 6.945/97, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos,
76 destacando ainda que todos os rios são classificados como classe 2 até a realização do seu
77 enquadramento formal. Colocou que no Estado não foi realizado o enquadramento formal, apenas o
78 enquadramento transitório para os rios urbanos de Cuiabá, através das Resolução CEHIDRO nº 68,
79 69, 70, 71 e 72 de 2014, ponderando que as mesmas colocavam que deveria ser realizado o
80 enquadramento formal no prazo de cinco anos, que finaliza no ano de 2019. O conselheiro Décio
81 ponderou que tal enquadramento transitório somente foi realizado pela necessidade de regularização
82 da diluição de efluentes nestes corpos d'água. O Sr. Luiz Noquelli colocou que existem hoje demandas
83 para a realização do enquadramento nos corpos d'água urbanos de Cuiabá, nos córregos urbanos de
84 Várzea Grande e dentro do Plano Integrado de Recursos Hídricos das Unidades das Unidades de
85 Planejamento e Gerenciamento Alto Paraguai Médio e Alto Paraguai Superior. Colocou ainda que são
86 necessários dados de qualidade e quantidade para se poder fazer estes enquadramentos, além do
87 mapa hidrogeológico para se poder trabalhar a parte de água subterrânea, destacando que já estamos
88 buscando dados para os córregos urbanos de Várzea Grande, porem para te acesso aos mesmos
89 estamos tendo que buscar todos os processos já outorgados na região e digitando os dados, o que
90 demanda tempo. O conselheiro Joselir Gomes questionou se já tem os dados referente à área onde foi
91 feito o enquadramento transitório, ao que o Secretário Executivo respondeu que a Águas Cuiabá
92 encaminhou estes dado para a SEMA porem em meio físico, não temos disponibilidade de equipe para
93 fazer a digitalização e análise destes dados, e em contato com a Águas Cuiabá ficou acordado que
94 eles iriam digitalizar os mesmos e encaminhar para a SEMA para apresentarmos aqui no CEHIDRO.
95 Em seguida o sr. Luiz Noquelli passou o vídeo da Agência Nacional de Águas "Planos de Recursos
96 Hídricos e o Enquadramento de Corpos d'Água", e ao final colocou aos conselheiros que a intenção é
97 que se estude esta proposta de resolução para ser discutida na próxima reunião. O conselheiro Joselir
98 Gomes questionou se verificando que um corpo d'água tem características de classe 2, pode o comitê
99 decidir por torna-lo classe 3, sendo respondido pelo sr. Luiz Noquelli que não há esta possibilidade. O
100 conselheiro Décio Siebert ponderou que foi feito o enquadramento aqui em classe 3 ou 4 quatro
101 porque não existia outra possibilidade e pelas características do corpo d'água. A conselheira Maurem
102 Lazzaretti questionou se será possível dar contribuições à minuta de resolução, ao que o Secretario
103 Executivo sugeriu que a mesma fosse disponibilizada no google drive para que todos possam dar suas
104 contribuições e verificar as contribuições já dadas, e discutidas na próxima reunião, o que foi aprovado
105 pelos presentes. O Secretário Executivo agradeceu o sr. Luiz Noquelli, colocando que ele tem
106 expertise em recursos hídricos e com um mestrado especificamente neste tema, por isto o mesmo
107 encontra-se lotado na SURH e a frente do enquadramento, como forma de aproveitar todo o seu
108 potencial. O Secretário Executivo colocou que o projeto de alteração da Lei 6.945/97 já encontra-se na

109 Casa Civil, e é necessário se formar uma comissão para acompanhar o tramite da mesma junto à
110 Assembleia Legislativa e também apresentar a mesma aos deputados, de forma a pedir celeridade na
111 tramitação e também que o Projeto seja o menos alterado possível, questionando as entidades que se
112 interessam em compor esta comissão. Se candidataram os conselheiros Décio Siebert do IPAC,
113 Maurrem Lazzaretti da OAB, Anthero dos Santos da Nascentes do Xingu, Murilo Covezzi da SEMA,
114 João Bohrer do Forum Estadual dos Comitês e Claudionor Angeli da COOPEAMAT, sendo a comissão
115 formada aprovada pelos presentes. O Secretário Executivo passou então a Apresentação de
116 Considerações sobre a Lei do Pantanal e passou a palavra ao conselheiro Décio Siebert, que se
117 apresentou e colocou que iria falar sobre a Lei do pantanal que se encontra em tramitação no Senado,
118 ponderando que faria algumas considerações e ao final iria fazer uma sugestão ao CEHIDRO.
119 Apresentou o Projeto de Lei nº 750/2011, de autoria do senador Blairo Maggi, colocando que foi feito
120 um parecer do senador Pedro Chaves com emendas que gerou um texto substitutivo. Colocou que o
121 projeto de Lei segue a bacia do Pantanal, delimitada pela Embrapa, porem não inclui o planalto.
122 Apresentou os conceitos e diretrizes da lei, e questionou os reais objetivos da lei do pantanal e a quem
123 a mesma interessa. Complementou que por não contemplar as nascentes não abrange o pantanal
124 como um todo, destacando que as cabeceiras são as responsáveis pela formação do pantanal,
125 contribuindo com mais de 30% das águas que formam o mesmo. Propôs ao CEHIDRO que fosse feita
126 uma moção ao Senado solicitando que seja incluído um paragrafo terceiro no Art. 1ª do projeto de Lei,
127 com o seguinte texto “ § 3º O Arco das Nascentes do Pantanal é a região localizada no divisor de
128 águas da Região Hidrográfica do Paraguai com as Regiões Hidrográficas Amazônica e Tocantins-
129 Araguaia, no Estado de Mato Grosso e com a Região Hidrográfica do Paraná no Estado de Mato
130 Grosso do Sul, no entorno das nascentes dos rios Jauru, Cabaçal, Sepotuba, Bugres, Paraguai,
131 Cuiabá, São Lourenço, Taquari, Rio Negro, Miranda e Apa”, o que incluiria o arco das nascentes. O
132 conselheiro Anthero dos Santos ponderou que o Art. 1º trata do bioma pantanal, mesmo com o
133 acréscimo deste paragrafo só iria tratar da proteção do bioma pantanal e não incluiria o arco das
134 nascentes. A conselheira Mauren Lazzaretti ponderou que colocar que o arco das nascentes faz parte
135 do bioma pantanal esta errado pois esta em desacordo com o IBGE, e questionou se não seria melhor
136 solicitar que sejam incluídos no Projeto de Lei os conceitos que integravam a versão original, já que o
137 CEHIDRO ao editar uma moção da a entender que descorda apenas deste ponto, o que não seria
138 o caso. O conselheiro Décio Siebert colocou que no Inciso XII do Art. 3º tem também que se incluir o
139 arco das nascentes, de forma a possibilitar que a região possa acessar o recurso financeiro oriundo do
140 fundo que está sendo criado neste projeto de Lei. O conselheiro Anthero dos Santos sugeriu incluir o
141 texto “proteção do bioma pantanal e do arco das nascentes” no Art. 1º. O sr. José Roberto colocou que
142 a questão de definir só a planície é porque vai restringir o uso, e incluir todo o bioma vai restringir
143 atividades econômicas. O conselheiro Décio Siebert respondeu que isto não ocorre necessariamente,
144 pois o arco das nascentes será citado somente no art. 1º e nas diretrizes, se prontificando a elaborar

um novo texto para inclusão na moção. O Secretário Executivo propôs que o conselheiro Décio em conjunto com a conselheira Mauren elaborem uma moção e encaminhem para apreciação na próxima reunião, o que foi aprovado. O sr. César questionou se a moção irá incluir os conceitos que foram suprimidos, ao que a conselheira Mauren Lazzaretti respondeu ser importante. O Secretario Executivo passou ao próximo item da pauta e passou a palavra ao prof. Renato Migliorini, para explanar sobre os estudos que subsidiaram o TAC assinado entre Águas Cuiabá, SEMA e MP sobre águas subterrâneas. O prof. Renato Migliorini colocou que não foram realizados estudos específicos, o que ocorreu foi apenas uma conversa. O conselheiro Álvaro Leite colocou que foi um dos que solicitaram a vinda do prof. Renato e colocou que a intenção era verificar se realmente foram realizados estudos, ao que o prof. Renato Migliorini respondeu que não foram realizados estudos para verificar a questão da contaminação e destacando que o problema levantado na ocasião foi a existência de poços mal construídos. O Secretario Executivo colocou que a equipe de águas subterrâneas fez uma série de questionamentos que foram encaminhados a Subprocuradoria, que encaminhará as mesmas ao Dr. Gerson Barbosa. O Sr. José Roberto sugeriu que se convidasse o Ministério Público. A conselheira Mauren Lazzaretti questionou se não seria necessário o CEHIDRO ter uma posição para discutir com o Ministério Público, ao que o conselheiro Álvaro Leite ponderou que seria para o Ministério Público se posicionar, apresentar a motivação que levou ao TAC, inclusive os estudos e dados que levaram a esta, sendo aprovado por todos o convite ao Ministério Público para participar da próxima reunião. O conselheiro Herman Cathalat questionou o porque de não se convidar a ARSEC, uma vez que esta é a agencia reguladora, ao que a conselheira Debora Perozzo complementou que a Águas Cuiabá não deveria ter participado do TAC, uma vez que é usuária e interessada e de certa forma está interferindo nas emissões de outorga. O Sr. José Roberto colocou que a SEMA deveria se posicionar, uma vez que não existem estudos e que é a responsável por fazer a gestão, ao que o Secretario executivo ponderou que o Secretário de Meio Ambiente não poderia deixar de assinar o TAC se a procuradoria já tinha assinado o mesmo. O Sr. José Roberto colocou que está se buscando uma solução para a questão que pode prejudicar muitas pessoas, e que o posicionamento da SEMA é importante. A conselheira Debora Perozzo questionou ao Sr. Luiz Noquelli se foi apresentado algum estudo, ao que o mesmo respondeu que esta é uma questão discutida há mais de 10 anos, foi embasada em um posicionamento existente no Mato Grosso do Sul, destacando que a SEMA fez vários embasamentos e pareceres técnicos contrários, inclusive colocando que tecnicamente é uma competência da SEMA, ponderando que os mesmos foram encaminhados às instancias superiores competentes, porem o corpo técnico só tem capacidade de atuação até um ponto. O conselheiro Décio Siebert questionou se por ser um tema que envolve vários setores se não seria interessante a realização de uma audiência pública, ao que o conselheiro Álvaro Leite ponderou que está se pedindo somente esclarecimentos, para depois o CEHIDRO deliberar sobre os próximos passos. O conselheiro Anthero dos Santos colocou que já proibida a perfuração de poços se a área for atendida por rede de abastecimento, de

181 acordo com a Lei nº 11.445/2007, a qual determina que não pode se ter uma segunda fonte de
182 abastecimento, destacando que não seria necessário a realização de estudos por já ter uma lei
183 tratando disto. O sr. José Roberto colocou que a Lei 11.445/2007 fala que não pode ocorrer a mistura
184 de duas fontes no mesmo reservatório, uma vez que isto impossibilita de responsabilizar caso ocorra
185 contaminação do mesmo, mas não se proíbe a existência de segunda fonte, ao que o Sr. Luiz Noquelli
186 complementou que existe uma Nota Técnica da OAB tratando exatamente deste ponto. O conselheiro
187 João Bohrer colocou que no CBH São Lourenço este tema já é discutido a um tempo, pois se emite a
188 outorga após a perfuração do poço. O Secretário Executivo colocou que a SEMA já está trabalhando
189 no sentido de responsabilizar as empresas perfuradoras, ao que o Sr. Luiz Noquelli complementou que
190 o problema para contaminação não são os poços outorgados, mas sim os clandestinos. O conselheiro
191 João Bohrer ponderou que a questão para as concessionárias é que existem poços que fornecem
192 água porem os hidrômetros não funcionam, e o proprietário paga apenas a tarifa social de água e
193 esgoto, o que não condiz com a realidade. O Secretário Executivo colocou que tem certeza que quem
194 elaborou o TAC esta embasado juridicamente, destacando que é necessário aguardar para verificar o
195 que o Ministério Público irá colocar. O conselheiro Herman Cathalat ponderou que os poços
196 legalizados serão prejudicados e os clandestinos não serão atingidos, pois não será viável para a
197 concessionária identificar os mesmos. A conselheira Maurren Lazzaretti colocou que esta sendo
198 analisado por vários ângulos a questão, porem é necessário esperar o posicionamento do Ministério
199 Público e dependendo das colocações do mesmo o CEHIDRO se posicionar. O conselheiro João
200 Bohrer destacou que é necessário se preocupar primeiro com a preservação do manancial e
201 posteriormente com os direitos sociais. Dando continuidade à pauta, o Secretário Executivo
202 apresentou aos conselheiros a Resolução nº 631, de 03 de agosto de 2018, que institui o Grupo de
203 Acompanhamento da Elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos das Unidades de
204 Planejamento e Gerenciamento Alto Paraguai Médio e Alto Paraguai Superior, colocando que este
205 grupo foi criado a partir de uma solicitação dos Comitês, e que a primeira reunião ocorreria já no dia 18
206 de setembro. A Secretaria do CEHIDRO colocou que na portaria foram contemplados os membros da
207 CTPERH, bem como se abriram vagas para o CBH Sepotuba e para o CBH Cabaçal indicarem
208 representantes, além de serem elencadas secretarias convidadas, que trabalham em áreas afim ao
209 tema, porem se tendo sempre o cuidado de garantir a paridade entre poder público, organizações não
210 governamentais e usuários. Em seguida o Secretário Executivo passou aos informes e colocou aos
211 conselheiros que a participação do Estado no ENCOB contou com a presença de nove representantes
212 de CBHs, além da sua participação como Superintendente de Recursos Hídricos e do Gerente de
213 Fomento e Apoio aos Comitês de Bacia, Sr. Paulo de Tarso, e destacou que foi muito proveitosa a
214 participação, pois proporcionou acesso a diversas informações relevantes e também proposições para
215 a gestão de recursos hídricos, inclusive para a cobrança. O conselheiro Décio Siebert colocou que a
216 cobrança é fundamental para a sobrevivência financeira dos CBHs, porem tem que se tomar cuidado

217 para que a mesma não se torne um tributo. O Secretario Executivo colocou ainda que houve uma
218 indicação para se finalizar o Programa PROGESTÃO, porem foi pedido pelos Estados que fossem
219 feitos mais alguns ciclos, para que possa ser implementada a política, e destacou que a realizada é
220 que sem o recurso financeiro oriundo deste programa a gestão de recursos hídricos nos Estados será
221 paralisada. Dando continuidade o Secretário Executivo colocou aos conselheiros que o Ministério
222 Público encaminhou uma resposta á Moção nº 29, destacando que o processo originado pela mesma
223 foi arquivado por já existir um processo de Ação Direta de Inconstitucionalidade tratando da Lei nº
224 10.669 de 16 de janeiro de 2018 que isenta de outorga e licenciamento ambiental pisciculturas com até
225 05 (cinco) hectares de lâmina d'água, e os documentos apresentados foram juntados á este processo.
226 Destacou ainda que já existe uma liminar suspendendo os efeitos desta lei e que já foi criado um grupo
227 de trabalho para notificar estas pisciculturas para realizarem o licenciamento. A Secretária do
228 CEHIDRO colocou aos conselheiros que o Plano de Capacitação em Recursos Hídricos aprovado pelo
229 CEHIDRO através da Resolução nº 102 foi considerado pela ANA como o melhor do País, e fomos
230 convidados a apresentar a metodologia aos utilizada aos outros estados, destacando que das cinco
231 metas federativas do PROGESTÃO o Mato Grosso é considerado referencia em duas delas, o Plano
232 de Capacitação e a Sala de Situação, o que é uma vitória da equipe uma vez que tanto o Plano quanto
233 o funcionamento da Sala de Situação é feita pelos técnicos, sem contratação de consultoria. A
234 conselheira Débora Perozzo solicitou a alteração da 76ª Reunião para o dia 13 de novembro, pois na
235 data em que a mesma está agendada ocorrerá o Congresso de Águas Subterrâneas, e os temas que
236 serão discutidos interessam diretamente aos membros que irão participar do mesmo, o que foi
237 aprovado pelos presentes. Solicitou ainda que fosse agendada nova reunião da CTAS. O Secretario
238 Executivo colocou que recebeu no dia de hoje a Resolução ANA nº 64, de 04 de setembro de 2018,
239 que coloca em seu Art. 1º "Ficam sobrestados os processos referentes aos requerimentos de
240 Declarações de Reserva de Disponibilidade Hídrica e de Outorgas de direito de uso de recursos
241 hídricos para novos aproveitamentos hidrelétricos em rios de domínio da União na Região Hidrográfica
242 do Paraguai, até 31 de maio de 2020. §1º Consideram-se novos aproveitamentos hidrelétricos aqueles
243 que não estavam em operação comercial na data de 19 de julho de 2018.", destacando que esta
244 resolução é em decorrência de um estudo que está sendo realizado pela Fundação Eliseu Alves,
245 destacando que todos os processos que não estejam em operação comercial ficam paralisados. O
246 conselheiro Décio Siebert questionou como ficará em relação aos rios estaduais, pois a Resolução da
247 ANA trata somente dos federais, ao que o Secretário Executivo ponderou que acabou de receber e
248 não existe ainda um posicionamento da SEMA sobre o assunto, ponderando que segundo informações
249 a resolução foi negociada entre a ANA e a ANEEL. O conselheiro Claudionor Angeli questionou sobre
250 as pisciculturas no lago do manso, ao que o Secretario Executivo colocou que esta decisão é da ANA
251 por se tratar de piscicultura em lago de hidroelétrica em rio federal. Nada mais havendo a declarar o
252 Secretário Executivo encerrou a reunião às 16h 11min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta

ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.


ANDRE LUIZ TORRES BABY

Presidente do CEHIDRO


MURILO MORGANDI COVEZZI

Secretário Executivo do CEHIDRO